



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
3º QUADRIMESTRE DE 2014 (SET A DEZ/14)

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea “a”)

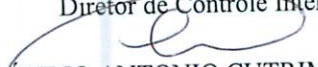
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (SET/13 A DEZ/13)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DEPESA BRUTA COM PESSOAL	521.807.344,01	0,00
Pessoal Ativo	519.431.712,85	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	2.375.631,16	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	4.830.237,49	0,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária	0,00	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
(-) Despesas de Exerc. Anteriores	647.242,34	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I – II)	521.160.101,67	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RLC (IV)	10.147.462.439,59	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) *100	5,14%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III art. 20 da LRF) – 6%	608.847.746,38	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 20 da LRF) – 5,7%	578.405.359,06	
DIFERENÇA PARA O LIMITE PRUDENCIAL	57.245.257,39	
DIFERENÇA PARA O LIMITE MÁXIMO	87.687.644,71	

Fonte: SIAFEM

NOTA:1 – DE ACORDO COM A DECISÃO PL – TCE Nº 1.892/2002, INATIVOS E PENSIONISTAS NÃO SÃO COMPUTADOS PARA FINS DE LIMITES ESPECÍFICOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 20, II DA LRF.

NOTA: 2 – DE ACORDO COM A DECISÃO PL-TCE Nº 15/2004, O VALOR DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE NÃO DEVERÁ SER COMPUTADO COMO DESPESA COM PESSOAL COMPONTO OS LIMITES GLOBAIS E ESPECÍFICOS PREVISTOS NOS ARTS. 19 E 20 DA LRF.


DANIEL FELIPE MENDONÇA EWERTON
Diretor de Controle Interno


CLÁUDIO ANTONIO CUTRIM RAPOSO
Diretora Financeira


Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
Vice-Presidente (Presidente em Exercício)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
3º QUADRIMESTRE DE 2014 (SET A DEZ/14)

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

ATIVO		VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		52.127.847,21	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.314.989,44
Caixa			Depósitos	731.680,72
Bancos		52.127.847,21	Restos a Pagar Processados	583.308,72
Conta Movimento		52.127.847,21	Do Exercício	583.308,72
Contas Vinculadas			De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras			Outras Obrigações Financeiras	
Outras Disponibilidades Financeiras			<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>	
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>				
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)			SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	50.812.857,77
TOTAL		52.127.847,21	TOTAL	52.127.847,21
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)				24.142.486,65
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)				26.670.371,12
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
ATIVO		VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
Caixa		0,00	Depósitos	0,00
Bancos		0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento			Do Exercício	
Contas Vinculadas			De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras			Outras Obrigações Financeiras	
Outras Disponibilidades Financeiras			<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>	
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>				
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)		0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0,00
TOTAL		0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)				
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)				

Fonte: SIAFEM

DANIEL FELIPE MENDONÇA EWERTON
 Diretor de Controle Interno

CLÁUDIO ANTONIO CUTRIM RAPOSO
 Diretora Financeira

Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
 Vice-Presidente (Presidente em Exercício)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
3º QUADRIMESTRE DE 2014 (SET A DEZ/14)

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA PODER JUDICIÁRIO					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	439.715,15	0,00	4.776.197,66	0,00
FERJ	0,00	143.593,57	0,00	19.334.144,17	0,00
FESMAM	0,00	0,00	0,00	32.144,82	0,00
FERC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.102.231,38	0,00	24.142.486,65	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)					50.812.857,77
FUNTE DE RECURSO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS DO TESOUREIRO	0,00	439.715,15	0,00	4.776.197,66	
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO	0,00	143.593,57	0,00	19.366.288,99	0,00
TOTAL	0,00	583.308,72	0,00	24.142.486,65	0,00

Fonte: SIAFEM

DANIEL FELIPE MENDONÇA EWERTON
 Diretor de Controle Interno

CLÁUDIO ANTONIO CUTRIM RAPOSO
 Diretora Financeira

Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
 Vice-Presidente (Presidente em Exercício)

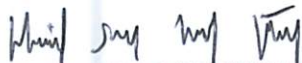


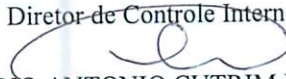
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
3º QUADRIMESTRE DE 2014 (SET A DEZ/14)

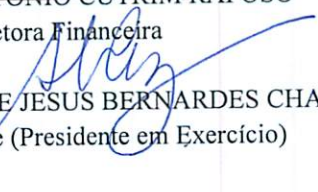
LRF, art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	521.160.101,67	5,14%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	608.847.746,38	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	578.405.359,06	5,70%
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	24.142.486,65	50.812.857,77

Fonte: SIAFEM


DANIEL FELIPE MENDONÇA EWERTON
Diretor de Controle Interno


CLÁUDIO ANTONIO CUTRIM RAPOSO
Diretora Financeira


Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
Vice-Presidente (Presidente em Exercício)